

RECURSOS VISUAIS NA EXPERIÊNCIA PILOTO DO MÉTODO PAULO FREIRE EM ANGICOS-RN

Vicente Vitoriano Marques Carvalho/UFRN

A seguinte comunicação constitui um recorte específico dentro do projeto de pesquisa “Políticas para a educação e a cultura do Governo Aluizio Alves – 1961-1964”, cujo desenvolvimento tem avançado aos poucos na direção de seu objetivo principal, qual seja o de detectar, descrever e analisar as relações entre idéias pedagógicas inovadoras e políticas públicas voltadas para a implementação de projetos educacionais, no período entre 1961 e 1964, no Rio Grande do Norte, analisando aspectos relacionados ao ensino e ao emprego da arte e de elementos da cultural local, no que também se inclui o uso de imagens. Até o momento, a pesquisa se deteve na discussão dos propósitos políticos gerais da campanha eleitoral levada a cabo extraordinariamente por Aluizio Alves, no que tange ao seu ideário social-desenvolvimentista, em que a palavra de ordem era modernização, alardeada em um contexto discursivo de alto teor populista. Usaram-se como fontes alguns discursos e “avisos” em que se apreenderam algumas proposições em torno de um projeto de política cultural sugerido pelo jornalista Afonso Laurentino Ramos, em julho de 1961. Tais análises encontram-se sistematizadas em comunicação apresentada ao V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, ocorrido em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004.

Para esta comunicação, as fontes me levaram a concentrar-me em um evento que ficou registrado na história da educação brasileira como a “experiência de Angicos” e que pôs em prática o projeto pedagógico de alfabetização de adultos proposto por Paulo Freire, na época – janeiro de 1963, denominado apenas timidamente de “método Paulo Freire”.

Na análise elaborada, examinam-se dispositivos visuais e imagens, algumas inéditas, de acordo com um método de base iconológica em que concorrem contribuições analíticas de Panofsky (1979) e de Tardy (1976). Destas últimas, tomadas no momento da redação, aproprio-me do conceito de “pedagogia pela imagem”, que caracteriza o método Paulo Freire. Neste sentido, a análise das imagens transcende os aspectos estritamente artísticos, para escrutinar sua funcionalidade pedagógica, tanto em termos do ensino da escrita e da leitura como no que se refere às intenções de conscientização política implícitas no método, o que implicam anotações a respeito dos procedimentos de leitura das imagens por parte dos professores, conforme descritos por Lyra (1996).

As imagens analisadas foram obtidas nos arquivos do fotógrafo e foto-jornalista norte-rio-grandense Carlos Lyra, um dos coordenadores dos Círculos de Cultura, como assim eram designadas as classes formadas em Angicos. As anotações diárias feitas por Carlos Lyra durante as “40 horas de Angicos” foram publicadas à época (1963) pelo Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte – SECERN, como referencia Beisiegel (1982). Em 1996, estas anotações foram compiladas e comentadas em livro pelo próprio jornalista, o qual funcionou como suporte fundamental para a elaboração desta comunicação, ao lado da contribuição pessoal do autor em me apresentar documentos imagéticos e outras informações historiográficas.

O momento histórico captado na análise apreende o governador Aluizio Alves em plena ação administrativa, às voltas com os vieses políticos desenhados pela acirrada disputa entre esquerda e direita, em níveis nacional e internacional. O governador procurava equilibrar-se entre o seu apregoado nacionalismo, ao mesmo tempo em que não queria sobejar a ajuda dos Estados Unidos, esta na forma de financiamentos oriundos da Aliança para o Progresso, ou mais precisamente da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional - Usaid. Para ele, valiam os riscos se, ao final, estivesse cumprido o “compromisso inalienável de promover educação para todos” (Alves, 1961, p. 1), conforme se pronunciou em Mensagem à Assembléia Legislativa, em junho de 1961.

O posicionamento ambíguo do governador do Rio Grande do Norte incorporava os “campos de poder” articulados pelas políticas públicas conservadores e as idéias pedagógicas progressistas numa disputa que se pretende abordar, na pesquisa como um todo, desde proposições analíticas de Bourdieu (1998) e proposições historiográficas de Certeau (1982), referências teóricas básicas da pesquisa. A atitude de Aluizio Alves rendia severa instabilidade no que diz respeito ao apoio dado pelas divididas bancadas de deputados estaduais, à parte a instabilidade também reinante nas relações com a Prefeitura de Natal, notadamente de esquerda. Mas, os compromissos de campanha eram imperativos, mormente os que implicavam a prioridade dada às populações ditas desassistidas, à “gentinha desamparada”, no amplo âmbito do comportamento político-administrativo, notadamente populista.

No que tange a uma ação no campo educacional, a Prefeitura de Natal se adiantara com um programa de alfabetização popular chamado “De pé no chão também se aprende a ler”, ainda em 1961, quando o prefeito Djalma Maranhão ainda compunha a Cruzada da Esperança, nome dado à coligação que elegeu Aluizio Alves para o governo do estado.

Programa semelhante deveria se estender a todo o Rio Grande do Norte, começando por Angicos, cidade natal do governador.

Para levar à frente a experiência de Angicos, que seria a primeira ação governamental derivada do projeto para a política educacional do estado¹, Aluizio Alves contou com a ajuda de seu secretário da educação, o jornalista Calazans Fernandes que assumiu a secretaria em junho de 1962. Em 3 de dezembro, ele havia completado o projeto, do qual já obtivera aprovação e financiamento² mediante o convênio celebrado entre o estado do Rio Grande do Norte, o Ministério da Educação e Cultura - MEC, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e a Usaid.

Com o fim de concretizar o acordo, de projeto em mãos, Fernandes desenvolveu uma verdadeira maratona que se iniciou, em outubro, no gabinete de Anísio Teixeira, “o espírito santo dos educadores brasileiros” (Fernandes e Terra, 1994, p. 84), então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Segundo Fernandes e Terra (1994), a intervenção de Anísio Teixeira teria catapultado o projeto educacional do Rio Grande do Norte do sexto para o primeiro lugar numa lista de prioridades da SUDENE. Em seguida, o projeto seria apresentado por Darcy Ribeiro, então ministro da educação, a Celso Furtado, ministro do planejamento e também superintendente da SUDENE. Na viagem de volta a Natal, passando por Recife, Fernandes ainda apresentou seu projeto na SUDENE e a Phillip Schwab, diretor da Divisão de Educação da Usaid.

O projeto de Calazans Fernandes incorporava os preceitos da Carta de Punta Del Este para a América Latina, a qual propunha a partir da conferência da Organização dos Estados Americanos - OEA, em agosto de 1962, a “eliminação do analfabetismo entre adultos no hemisfério até 1979” (Fernandes e Terra, 1994, p. 34). A formulação do projeto também levava em conta as recomendações contidas no relatório da missão de estudos enviada pelos Estados Unidos ao Nordeste brasileiro, em 1961. Tal consideração se tornara como que obrigatória dada a associação da Aliança para o Progresso nos programas de governo dos estados nordestinos, o Rio Grande do Norte em particular. Como relatam Fernandes e Terra (1994), o governador Aluizio Alves estivera no início de 1962 procurando adiantar os convênios, tendo ido pessoalmente a Washington e falado com o presidente John Kennedy. No Brasil, Aluizio Alves ainda obtivera autorização do governo federal para negociar diretamente com a Usaid.

Celebrado o convênio, o então criado Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte – SECERN deveria colocar em prática um método que se apresentasse

eficiente e implicasse poucos recursos financeiros. A escolha incidiu sobre o revolucionário método que alfabetizava em curto espaço de tempo e vinha sendo experimentado em Recife pelo sociólogo Paulo Freire, dentro do Movimento de Cultura Popular – MCP, organizado desde maio de 1960 pelo então prefeito Miguel Arraes. Para a escolha também concorreu a confiança que se depositava na pessoa de Paulo Freire e no seu sucesso em alfabetizar empregadas domésticas e tiradores de areia do Recife, baseado em um experimento franco-africano publicado pela UNESCO (Fernandes e Terra, 1994).

Ainda em setembro de 1961, Calazans Fernandes foi a Recife convidar Paulo Freire para orientar a experiência que seria praticada em Angicos. A princípio, Paulo Freire mostrou-se relutante tendo em vista sua ligação funcional com o governo pernambucano e a ligação do projeto com a Aliança para o Progresso. Posterior autorização de Miguel Arraes, que era avesso à inclinação esquerdista das propostas freireanas, e a associação do projeto com a igreja católica permitiram a aceitação de Paulo Freire. Fernandes e Terra (1994) acrescentam que o empresário e também político norte-rio-grandense Odilon Ribeiro Coutinho “foi de extrema valia no convencimento do tímido professor Paulo Freire a aceitar o desafio de Angicos” (p. 70). Acompanhado de uma equipe do MCP, Paulo Freire foi então a Natal para treinar os alfabetizadores que atuariam em Angicos. No Rio Grande do Norte, ele teria “os recursos e o apoio que lhe eram negados em Pernambuco” para testar “suas idéias em larga escala” (LYRA, 1996, p. 15).

A equipe natalense, “os meninos do SECERN”, teve como coordenador o estudante de direito Marcos José de Castro Guerra, presidente da União Estadual de Estudantes – UEE (seção local da União Nacional de Estudantes – UNE). Como era membro da Juventude Universitária Católica – JUC, sua escolha teve importância no convencimento da ida de Paulo Freire ao Rio Grande do Norte.

O método Paulo Freire empregado nas 40 horas de Angicos caracteriza-se por uma base conceitual construtivista em que a aprendizagem da leitura e da escrita se dá mediante a participação direta do aluno, a partir mesmo da utilização de “palavras geradoras” colhidas em um universo vocabular pesquisado previamente pelo professor, isto é, considera o conhecimento prévio do aluno, tido como oralmente alfabetizado. No caso de Angicos, a pesquisa do vocabulário foi empreendido pela estudante de Serviço Social, em Recife, Maria José Monteiro.

O conjunto de palavras como um todo, em particular aquele composto pelas palavras escolhidas para o processo de alfabetização, deveria constituir, como preconizado

pelo método, uma representação da realidade elaborada pelos pesquisados, representação esta formada por via perceptual e impregnada de “contornos mágicos”. Ao fim do processo de alfabetização, tal compreensão mágica da realidade deveria ter sido substituída por um pensar crítico, ao tempo em que a mera alfabetização verbal, atribuída ao aluno no início do processo, estaria enriquecida pela alfabetização gráfica, conforme teorizado por Jarbas Maciel (Fernandes e Terra). Como cria Paulo Freire (1981, p. 75), o debate em torno das “situações-problema”, suscitados pelas imagens e palavras geradoras, levaria os grupos “a se conscientizarem para que, ao mesmo tempo, se alfabetizem”.

O método da alfabetização gráfica constitui uma síntese das metodologias sintética (aprendizagem do abecedário, silabação, palavração, fraseado) e analítica (fraseado, palavração, etc.). Uma atenção maior à abordagem analítica responde ao princípio gestaltista de que a percepção ocorre de forma globalizada, assim como à compreensão da leitura como processo ideovisual.

Nesse sentido, a utilização de imagens associadas aos temas discutidos ou às palavras geradoras cumpre a função de principiar uma cadeia de analogias, semelhanças e continuidades de significado (ECO, 1999), desde estas imagens até sua representação gráfica verbal, cadeia esta ligada por confiáveis elos mnemônicos. Sendo as imagens representações de coisas familiares no universo cultural do alfabetizando, elas assumem um nível suficientemente “extremo” de significação ou de concretude, capaz de levar de modo eficiente aos símbolos fonéticos gráficos e à conseqüente concretização destes. O pensamento empregado no processo torna-se também concreto no sentido proposto por Dewey (1979), já que implica a função da aprendizagem da escrita, assim como da “conscientização” político-cultural (pensamento crítico) pretendida pelo método.

O caráter “áudio-visual” da metodologia empregada mostra-se como tendo uma importância básica para os envolvidos na experiência de Angicos, o que é compreensível vista a participação de meios visuais no tempo integral da aula (figura 1). Isto fica claro nas anotações de Lyra (1996) e no ensaio de Fernandes e Terra (1994, p. 158), onde se registra que “a primeira etapa de cada aula é a projeção da ficha. Essa projeção será a motivação da aula”.

Carlos Lyra, juntamente com Marcos Guerra, estivera responsável pelo transporte dos equipamentos que incluíam os projetores, os eslaides³ e os quadros-de-giz. Devido ao atraso no envio dos projetores desde o Rio de Janeiro e da Escola Parque Anísio Teixeira, de Salvador, os equipamentos chegaram a Angicos numa quarta-feira, 23 de janeiro de 1963 (Lyra, 1996), motivando que o início dos cursos de alfabetização acontecesse apenas

no dia 24, embora as aulas já tivessem sido formalmente inauguradas no dia 18, com a presença do governador Aluísio Alves e do secretário da educação, Calazans Fernandes.

A princípio sem sucesso, os projetores foram solicitados à embaixada francesa, pois, como relata Calazans Fernandes, ele havia visto um sofisticado equipamento demonstrado por um engenheiro francês, “administrador das obras do terminal salineiro teleférico de Areia Branca”, de quem não recorda o nome. Na verdade terminou-se por “caminhar com as soluções locais, até que surgisse melhor alternativa” (Fernandes e Terra, 1994, p. 74), utilizando-se projetores vindos do Rio de Janeiro e de Salvador, que poderiam ser os projetores elétricos de fabricação polonesa, dos quais teriam sido importadas trinta e cinco mil unidades pelo governo brasileiro, como afirma Paulo Freire (1981, p.79).

Já depois de completada a experiência de Angicos, Calazans Fernandes solicitou à Usaid, na pessoa de Phillip Schwab, o envio de mil projetores para o Rio Grande do Norte, o que viria ocorrer apenas em fins de 1963. Estes projetores, “de recreação da garotada americana”, custavam “o ínfimo preço de um dólar” nos Estados Unidos e, tendo em vista seu formato próximo ao de uma pistola, inclusive sendo acionado por uma espécie de gatilho, recebeu o apelido de “raio da morte”. Funcionavam com duas baterias (pilhas de lanterna), o que significava poderem ser usados em quaisquer circunstância, independentes de energia elétrica, sendo “tudo que se podia esperar para alargar a experiência de Angicos por milhares de núcleos nos sertões” (Fernandes e Terra, 1994, p. 106-7). A este propósito, Carlos Lyra (1996, p. 22) faz referência ao uso de projetores “movidos a querosene”, alternativos aos elétricos, e que foram empregados nos Círculos de Cultura coordenados por Dilma (Ferreira Lima) e Walkíria (Felix), quando faltou energia elétrica nas casas em que trabalhavam.

Numa primeira análise, a ênfase dada ao projetor pode levar à compreensão de que o método Paulo Freire incorporava características tecnicistas, tendência pedagógica que teria seu apogeu nos anos setenta, quando o conhecimento e a utilização de novas tecnologias do ensino, especialmente os recursos audiovisuais, tornaram-se prioritários entre as competências do professor e solidamente integrados aos processos de ensino-aprendizagem.

Sob a perspectiva de hoje, a procura de metodologias de baixo custo, incluindo a preferência pelo uso de artefatos importados, mesmo subvencionados e baratos, parece corresponder à tendência referida que, já em meados dos anos cinquenta, tomava corpo nos programas de intercâmbio técnico-financeiro entre o Brasil e os Estados Unidos. Estes

programas cobriam “todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos” (Cunha e Góes, 1889, p. 33).

A esse propósito ainda se deve considerar a preocupação com a eficiência, palavra-chave do tecnicismo pedagógico, eficiência não apenas em alfabetizar, mas em alfabetizar para o voto, mesmo que, dentro do âmbito do populismo, fosse um voto “consciente” que se pretendia. Mas, evidentemente, não era o caso. Os recursos visuais, como já dito, faziam parte de uma estratégia de ensino-aprendizagem e esta inserção não lhes conferia preponderância. Para o método Paulo Freire, a alfabetização se propunha fundamentalmente dialógica, na qual se efetivava a participação das figuras do professor e do aluno, ambas equiparadas, um “com” o outro, ambas dotadas de saberes culturais próprios e intercambiáveis. Nesta relação de base é que se acreditava estar a raiz da eficiência.

É inegável, porém, esse “encantamento” provocado pelos projetores e eslaides. Mais ainda para os habitantes de Angicos que os associavam ao cinema, raro naquele ambiente em que a televisão ainda não havia chegado. É sintomática a anotação de Lyra (1996, p. 24) de que “no momento em que é iniciada a projeção, cessam os ruídos. Todos se concentram *totalmente* na imagem projetada” (grifo meu). Também é significativa a afirmação de Fernandes e Terra (1994, p. 180) de que, em uma reunião ainda nos primeiros dias de fevereiro, “foi decidido também que se devia deixar, ao longo de toda a aula, o projetor ligado, mesmo que não estivesse sendo usado”.

As projeções atraíam pessoas, especialmente as crianças que, deslumbradas, se debruçavam nas janelas, pelo lado de fora, para ver o “filme”. Até que se avisasse que “hoje, o cineminha é só isto” (Lyra, 1996, p. 45). Uma aura de magia impregnava as projeções luminosas, um sucedâneo da imanência também mágica do universo cultural daquelas pessoas, cultura em que, por exemplo, as chuvas que começaram a cair no período do curso estavam “ligadas” à presença dos coordenadores na cidade, estes que também se encantavam com a babugem, as ervas que brotam com as primeiras chuvas, resfriando de verde a paisagem cáustica de Angicos (Lyra, 1996).

Para os alunos, o projetor e as projeções ganharam valor especial quando Carlos Lyra, na noite de 7 de fevereiro, teve a idéia de confeccionar eslaides de papel vegetal, cuja transparência próxima do acetato de celulóide permitia seu uso para projetar palavras escritas por eles mesmos. Lyra (1996, p. 54) relata que “a primeira palavra projetada foi

panela, pois a maior parte da turma era de mulheres. Projetei, depois, o nome de uma participante (Eliete França) que, emocionada, reconheceu: ‘Meu nome!’.

A constatação da presença intermitente do projetor durante o processo da aula remete ao pensamento de Marshall McLuhan (1971) e à sua máxima de que “o meio é a mensagem”, mas não é possível afirmar que os “meninos da SECERN” tivessem conhecimento das teorias deste filósofo da comunicação. O mesmo vale sobre Paulo Freire, principalmente considerando que a obra fundamental deste filósofo da comunicação, *Os meios de comunicação como extensão do homem*, foi publicada no Brasil apenas em 1966, dois anos após sua primeira edição e três anos depois da experiência de Angicos. No entanto, podemos ler a presença dos projetores, inclusive na relação metonímica que se estabeleceu com o cinema naquele contexto, como a presença estrangeira, norte-americana em sentido estrito, exibindo uma mensagem-significado de modernidade e poder, expressa ainda no contraste com a ambiência tosca, talvez como um ideal a ser alcançado, uma metáfora da alfabetização.

A elaboração das imagens utilizadas na experiência de Angicos foi realizada tomando-se as palavras geradoras e as situações contextualizadas como temas. Este procedimento atende à necessidade de que “para ser didaticamente eficaz, a imagem implica um conhecimento direto e prévio da realidade” (Tardy, 1976, p. 64). O trabalho gráfico na confecção das imagens ficou a cargo do desenhista natalense Uran França, cuja assinatura é possível identificar em uma cópia de desenho fornecido por Carlos Lyra (figura 2). Posteriormente, os desenhos foram encaminhados para o Rio de Janeiro, onde foram transformados em eslaides por um laboratório dirigido por Gastão Roberto Coaracy.

Os suportes para os originais das imagens podiam ter o formato quadrado ou retangular. O original ao qual tive acesso (figura 3) é quadrado e mede em torno de quinze centímetros de lado, estando inclusive com os vértices arredondados, repetindo o contorno da borda interna da moldura dos eslaides, certamente para orientar o artista na antecipação visual da peça projetada.

A qualidade gráfica das representações realizadas por Uran França tende a uma aproximação com o estilo expressionista, embora o estudo visto (figura 3) esteja acabado segundo um modo de maior aproximação especular com os objetos representados. Posso aventar que a passagem de um estilo para o outro obedeceu a uma intenção de promover uma contigüidade entre a imagem e a ambiência rústica dos alunos, tendo em vista aquela aproximação num sentido mais cultural do que própria e estritamente visual. Todo modo,

as imagens observadas em geral mantêm um nível de estilização em relação às coisas representadas, uma derivação ou alteração segundo Tardy (1976, p. 64-5), que permite o “reconhecimento” de tais coisas pelo observador.

Na verdade, a representação de objetos reais nas imagens mostrou-se imprecisa em alguns casos, o que ocasionou a demonstração de que os alunos possuíam aguçados senso crítico e exigência quanto às representação gráficas mostradas. Por exemplo, exibida a imagem do caçador indígena (figura 4), esta foi lida também como a de uma índia, diante do que Lyra (1996, p. 25) admitiu que se tratava de uma “ficha mal desenhada”. Diante da imagem de uma salina, em que a água dos tanques estava representada na cor azul, eles corrigiram reclamando de que a água deveria ser “avermelhada”. Em relação imagem do caçador (figura 5), foi identificado por um aluno que o caçador estava “precisando de cultura para acertar o porco”, pois não tinha a “caça em perfeita mira” (LYRA, 1996, p. 27). Um outro aluno, de intensa curiosidade perceptual, pediu que este eslaide fosse virado para que pudesse ver o rosto do caçador, numa ingênua crítica metalingüística. Vendo que a inversão não resultou satisfatória para seus propósitos, afirmou que “o cinema está muito sem cultura”, isto é, atrasado ou pouco desenvolvido, “pois ninguém pode ver do outro lado do retrato” (Lyra, 1996, p. 27).

Ainda quanto ao eslaide do caçador nordestino (figura 5), o objeto da caça foi ambigualmente reconhecido: inicialmente como um preá e depois como um “poico” (porco). Concordando que “de fato, havia uma certa semelhança” com um porco, Lyra (1996, p. 26) não esclarece que espécie de animal estava sendo caçado, mas anota uma criativa discussão em torno da inadequada caça a um porco, em geral, um animal domesticado que não se abate a tiros. A justificativa que surgiu foi a de que se tratava de um porco do mato.

A esse propósito, a viva imaginação e o nível de inteligência dos alunos participantes dos Círculos de Cultura foi motivo de admiração generalizada entre os coordenadores. Observaram-se interpretações muito ricas, particularmente, conforme Lyra (1996), em torno do conceito antropológico de cultura apresentado e discutido na primeira sessão de aula. O primeiro eslaide exibido mostrava as relações entre o homem e objetos naturais e culturais, representadas por linhas que ligavam a imagem do homem às daqueles objetos. Perguntados sobre o que eram aquelas linhas, os alunos responderam que eram o juízo ou a “ciência” (ciência) do homem ou ainda “o caminho do homem para o mundo”. Lyra (1996) anotou que, para Paulo Freire, estas seriam “respostas altamente inteligentes” e que demonstravam a capacidade perceptual do homem. Pode-se dizer, ainda, que revelam

um alto poder de abstração, possível, de fato, em inteligências privilegiadas ou academicamente cultas, capazes de estabelecer relações ou produzir interpretações muito complexas.

Conforme observo, o modo heurístico como os coordenadores encaminhavam essas leituras de imagens se estruturava dentro de parâmetros de análise iconográfica e iconológica, conforme se entende a partir de Panofsky (1979), mesmo que estas imagens não fossem tomadas como arte e o objetivo de sua leitura não fosse o prazer estético, mas o de atingir uma compreensão de suas relações com a realidade existencial dos alunos e facilitar a aprendizagem da leitura e da escritura verbal. A leitura das imagens então principiava por um escrutínio das representações, operando o reconhecimento dos objetos representados e verificando os limites da forma enquanto representação naturalista. Em seguida, ou ao mesmo tempo, avançava para interpretações em que se pontuavam as relações entre estes objetos na própria imagem e para as relações entre esta e a realidade.

Em nível iconográfico, as respostas dos alunos correspondiam a sentenças descritivas ou a palavras, entre as quais esperava-se encontrar a palavra geradora para que dela se desdobrassem os debates nos que se inseriam as interpretações iconológicas.

No processo da leitura iconológica, a transcodificação de significados, desde as imagens visuais para os sinais gráficos, organizados inicialmente em palavras, possibilitava uma atenuação do impasse entre o caráter de representação “realista” das imagens e a condição abstrata dos signos verbais escritos. Próximas de seus referenciais reais, as imagens visuais cumpriam sua função de eficiente artifício mnemônico no sentido da ligação com suas representações verbais gráficas, ainda mais quando estavam cultural e afetivamente associadas ao universo vivencial dos alunos. Um processo inverso também poderia ocorrer quando a forma gráfica de uma letra era associada a um objeto real, como a letra “a” correspondendo à canga das cabras, a letra “o” à boca da panela ou a letra “s” ao gancho de armar rede.

A continuidade deste exercício, marcado pela indissolubilidade dos liames entre a realidade, suas imagens visuais e suas representações alfabéticas, mesmo no curto espaço de tempo de quarenta horas, levava a uma satisfatória aprendizagem da leitura e da escrita. E as fichas com imagens e palavras usadas em Angicos espalharam-se pelo Brasil, mesmo descontextualizadas, “como fonte milagrosa alimentadora do prodígio” (Fernandes e Terra, p. 136).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Aluizio. Mensagem do Governador Aluizio Alves à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, ano 71, n. 309, p. 1-2, 13 jun. 1961.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, Vicente Vitoriano Marques. Primeiras aproximações sobre os projetos educacionais e culturais do Governo Aluizio Alves no Rio Grande do Norte (1961). Trabalho aceito para o IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Évora, 2004.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DEWEY, John. **Como pensamos**. 4ª ed. Tradução Haydée Camargo Campos. São Paulo: Nacional, 1979. (Atualidades Pedagógicas).

CUNHA, Luiz Antônio, GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

ECO, Humberto. **Os Limites da Interpretação**. Tradução Pérola Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FERNANDES, Calazans e TERRA, Antônia. **40 horas de esperança**: o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 3 ed. Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Educação e comunicação).

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

McLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1971.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 2. ed. São Paulo; Perspectiva, 1979.

TARDY, Michel. **O professor e as imagens**. Tradução Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1976.

¹ O projeto de Calazans Fernandes será objeto de análise na próxima investida da pesquisa em andamento.

² “Naquela época, a doação da aliança valia dois bilhões, sessenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros” (Fernandes e Terra, 1994, p. 99).

³ Em suas anotações, Carlos Lyra (1996) emprega indistintamente os termos “diapositivo”, “ficha” ou “redução” para designar “eslaide”, termo que uso neste documento.

**RECURSOS VISUAIS NA EXPERIÊNCIA PILOTO DO MÉTODO PAULO
FREIRE EM ANGICOS-RN**

VICENTE VITORIANO MARQUES CARVALHO – UFRN

ANEXO



Figura 1. Carlos Lyra (em pé) analisa eslaides com outros coordenadores de Círculos de Cultura.

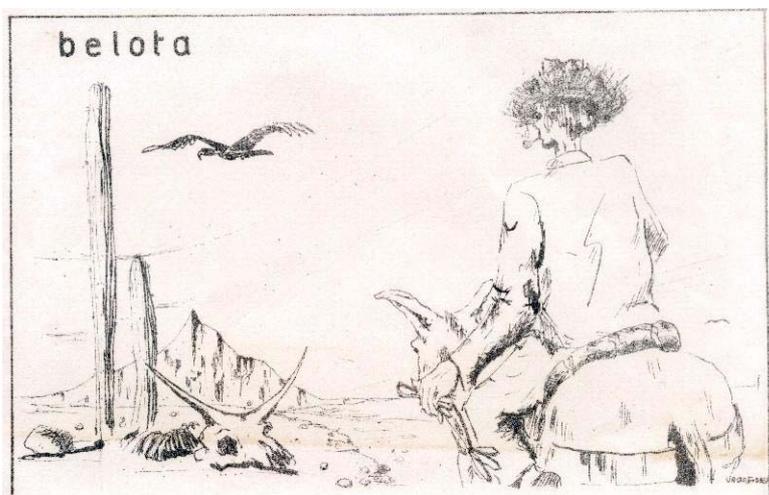


Figura 2. Ficha com a palavra belota e sua representação na chibata empunhada pelo sertanejo.



Figura 3. Estudo para a imagem do caçador. Editada, não mostra os cantos arredondados do original.



Figura 4. Ficha com imagem do caçador nordestino.

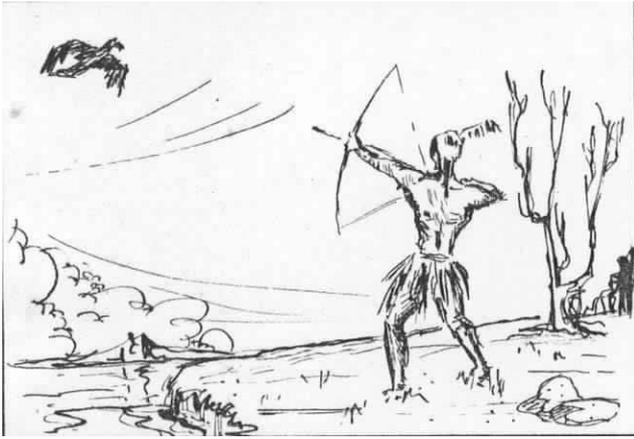


Figura 5. Ficha com o caçador indígena.